

Revista da Universidade Ibirapuera

Volume 32 – Julho/Dezembro de 2026
Páginas 25 a 34

Elen Shery Silva Duarte
Universidade Federal do Norte do
Tocantins - UFNT
elen.duarte@mail.ufnt.edu.br

Aline Pires da Silva
Gran Centro Universitário
piresnbf85@gmail.com

Maria Jose Janaina Sousa Ferreira Freitas
Faculdade de Ensino de Minas Gerais -
Faceminas
janainasousaferreira49@gmail.com

Entre Telas e Páginas: Onde Está o Leitor Infantil e Juvenil na Contemporaneidade?

Resumo:

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os deslocamentos na formação do leitor na contemporaneidade, considerando as relações estabelecidas entre escola, literatura e mídias digitais. Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa de análise e interpretação, fundamentado em autores como Yunes (1995) e Tabak (2024), no que se refere às discussões sobre leitura e prazer literário, bem como em Dorigoni (2014) e Chiofi (2014), que abordam o uso das tecnologias digitais no contexto educacional. Nesse sentido, os resultados apontam para um cenário de defasagem e deslocamento do leitor, evidenciado tanto pelo impacto das mídias quanto pela falta de estrutura e de investimentos em políticas educacionais. Observa-se que, em muitos contextos, a ausência de acesso às tecnologias e a fragilidade das condições escolares contribuem para o enfraquecimento das práticas de leitura. Diante disso, destaca-se a necessidade de ampliação de estudos que possibilitem compreender como integrar leitura e tecnologia de forma significativa, especialmente em realidades onde o acesso ainda é limitado, de modo a fortalecer a formação de leitores no país. Palavras-chave: Leitura. Formação do leitor. Literatura. Tecnologias digitais. Educação.

Abstract:

This study aims to analyze the shifts in reader formation in contemporary society, considering the relationships established between school, literature, and digital media. It is a bibliographic study with a qualitative approach to analysis and interpretation, based on authors such as Yunes (1995) and Tabak (2024), regarding discussions on reading and literary pleasure, as well as Dorigoni (2014) and Chiofi (2014), who address the use of digital technologies in the educational context. The results indicate a scenario of decline and displacement in reader formation, influenced both by the impact of media and by the lack of structure and investment in educational policies. In many contexts, limited access to technology and fragile school conditions contribute to the weakening of reading practices. Therefore, it is necessary to expand studies that seek to understand how to integrate reading and technology in meaningful ways, especially in contexts where access remains limited, in order to strengthen reader formation in the country.

Keywords: Reading. Reader formation. Literature. Digital technologies. Education.

1. Introdução

Para o contexto brasileiro, pensar a literatura no campo infantil e juvenil é, sem dúvida, refletir sobre como se constitui a formação do leitor literário. Nesse sentido, Rouxel (2012) aponta que, se há o desejo de formar leitores, é necessário abandonar o formalismo e reabilitar a subjetividade do leitor, considerando a literatura na suas múltiplas “nuances” e pluralidades.

Dessa forma, a excessiva formalização tem contribuído para um déficit na formação de leitores infantis e juvenis no Brasil. Segundo a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro, em 2024 registrou-se uma queda significativa no número de leitores, com cerca de 53% da população considerada não leitora.

A partir desses dados, percebe-se que a escola, em muitos casos, tem se afastado do seu papel fundamental na formação do leitor literário. Diante disso, surgem questionamentos relevantes: A leitura está em crise ou está migrando para novos espaços mediados pela tecnologia?

Essa discussão apresenta múltiplas variáveis. Yunes (1995) aponta que parte da população brasileira não lê por desinteresse, enquanto outra parcela não lê por não possuir domínio da leitura. Nesse sentido, o “querer” está relacionado ao desejo, enquanto o “não saber” pode estar associado às fragilidades no processo de alfabetização, evidenciadas, por exemplo, em estudantes que avançam nas etapas escolares sem o domínio da leitura e da escrita.

Dessa forma, este trabalho orienta-se pelo objetivo de analisar os deslocamentos na formação do leitor na contemporaneidade, considerando as relações estabelecidas entre escola, literatura e tecnologias. Para alcançar esse propósito, fundamenta-se num estudo bibliográfico, entendida, conforme Minayo (2001), como um processo que coloca em diálogo os interesses do pesquisador e as contribuições dos autores que compõem o seu campo teórico.

Esse movimento de reflexão de ideias tem como principal espaço de construção as bibliotecas, os centros especializados e os acervos acadêmicos. Adota-se, ainda, uma abordagem qualitativa de análise e interpretação, que para Minayo (2001), esses dois processos não se dissociam, mas se constituem como parte de um mesmo movimento investigativo: o de olhar atentamente para os dados e atribuir-lhes sentido.

2. Subjetividade leitora: entre o prazer, a obrigação

Antes de tudo, torna-se necessário compreender o conceito de subjetividade. Nesse sentido, Tabak (2024) aponta que a subjetividade estabelece uma relação entre aquilo produzido no inconsciente, marcado pelo afeto, e a sua articulação com a objetividade, ou seja, com aquilo reconhecido como real. Nesse contexto, a arte configura-se como um espaço privilegiado, no qual a subjetividade encontra formas concretas de expressão, projetando-se no encontro com o outro.

A partir dessa perspectiva, é possível refletir sobre o lugar da leitura no processo de formação do leitor. Quando a leitura é reduzida a uma prática objetiva puramente voltada apenas para responder questões propostas pelo professor, cumprir atividades escolares ou apresentar trabalhos, ela tende a se distanciar da experiência subjetiva. Nesse caso, o ato de ler torna-se uma obrigação, muitas vezes superficial, que não mobiliza o afeto do leitor e, por isso, acaba sendo facilmente esquecida ou reduzida a uma lembrança vaga, como “acho que li, mas não lembro”.

Entretanto, quando a leitura se articula à subjetividade, ela ultrapassa a dimensão da obrigação e passa a envolver o prazer de conhecer, de explorar e de se envolver com o texto, mesmo quando não há uma exigência externa. Nesse sentido, o encontro entre o subjetivo e o objetivo possibilita uma experiência de leitura mais significativa, na qual o leitor se reconhece no processo e atribui sentido ao que lê.

Dessa forma, destaca-se a relação intrínseca entre literatura e afeto. A literatura pode ser compreendida como um espaço privilegiado de experiência, no qual o ato de leitura se configura como uma atividade complexa de pensamento. Isso ocorre porque, conforme Tabak (2024), a leitura envolve uma dinâmica de compreensão e recepção que interfere diretamente na forma como o texto é apropriado pelo leitor, tornando cada experiência de leitura única e singular.

Observa-se, além disso, que a literatura infantil e juvenil vem perdendo espaço no campo do desejo do leitor, o que evidencia a necessidade de compreender os fatores que o fazem a partir deste processo. Torna-se fundamental que as políticas públicas não se limitem à

distribuição de livros didáticos, mas promovam ações que ampliem e qualifiquem os espaços de leitura no cenário brasileiro.

Entretanto, é importante destacar que a valorização da leitura é relativamente recente. Durante muito tempo, em diferentes países, o acesso à literatura foi restrito, devido ao seu potencial de questionamento e transformação social. Segundo Petit (2012), o controle sobre a circulação da leitura levou à exclusão de determinados grupos sociais, especialmente os mais pobres.

Entretanto, esse movimento de exclusão e seletividade acontece desde sempre como aponta Libâneo (2012), ao afirmar que desde o período jesuítico no Brasil, já existia um controle hegemônico sobre o conhecimento e a literatura. Esse modelo, de certa forma, ainda se mantém, uma vez que muitas políticas públicas são formuladas por grupos restritos e executadas por outros, sem considerar plenamente as necessidades reais da população.

Ao investigar a história da educação no Brasil, Duarte et al. (2023) evidenciam que a educação popular, ao longo da sua trajetória, tem se constituído como um espaço marcado por processos de segregação social.

Nesse contexto, a formação de leitores no campo da literatura infantil e juvenil ainda se orienta, em muitos casos, por uma lógica de automatização, caracterizada pela ausência de desejo e de envolvimento significativo com a leitura. Sendo fundamental refletir sobre o papel das crianças e dos jovens na sociedade. Lajolo e Zilberman (2006) destacam que, a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, a criança passou a ser vista sob uma nova perspectiva.

Segundo as autoras, surgiram objetos e campos de conhecimento voltados à infância, como o brinquedo, o livro e áreas como a pedagogia, a pediatria e a psicologia. No entanto, esse reconhecimento da infância ainda estava centrado numa lógica adulta, atribuindo à criança um papel simbólico, subordinado aos interesses dos adultos. (Lajolo e Zilberman, 2006)

Dito isto, retoma-se, assim, a premissa da formação de leitores infantis e juvenis, considerando que o desejo pela leitura está diretamente relacionado à compreensão de como se lê, onde se lê e o que se lê. Para Silva e Melo (2016), existem diferentes perfis de leitores e, no contexto escolar, não se pode pressupor que todos os alunos se relacionem com o texto da mesma forma ou com o mesmo nível de envolvimento.

Os autores destacam que há uma pluralidade de experiências leitoras, diretamente ligadas à subjetividade de cada indivíduo. Dessa forma, o avanço da literatura infantil e juvenil passa, inicialmente, pela necessidade de reavaliar o papel da leitura, compreendendo que ela não

deve ser controlada, mas ampliada e democratizada, especialmente para crianças e jovens (Silva e Melo, 2016).

Conforme essa perspectiva, compreende-se que o ato de ler, ou mesmo o prazer da leitura, tem sido tratado de forma mecânica, distanciando-se do verdadeiro prazer literário. Trata-se de uma experiência de outra ordem, pois, conforme a psicanálise, o prazer está diretamente ligado ao desejo, como também aponta Yunes (1995).

Dessa forma, o desejo configura-se como um elemento essencial no processo de leitura, pois atua como força motivadora que integra corpo e mente numa experiência significativa. Ler, quando associado ao desejo, deixa de ser uma atividade mecânica e passa a ser vivenciada de maneira mais envolvente, sem gerar desgaste, mas despertando interesse, curiosidade e prazer.

Nesse sentido, Tabak (2024) ressalta que o ato de ler ultrapassa a simples decodificação de sinais, inserindo-se num campo mais amplo e complexo. A leitura não se limita à relação com o texto, mas revela, no processo de mediação, aspectos do próprio sujeito aquilo que somos e como nos constituímos. Assim, ler pode ser compreendido como um movimento de pensamento em constante transformação, que se manifesta em ações e reações diante do que está em construção.

Diante disso, reforça-se que a formação do leitor não pode estar desvinculada do desejo, pois é ele que possibilita a construção de sentidos e a apropriação do letramento. Quando mediada de forma significativa, a leitura deixa de ser apenas uma exigência escolar e passa a se constituir como uma integração na formação do sujeito.

3. Leitura em transformação: análise dos novos espaços e práticas leitoras

A expansão da internet tornou-se mais que uma tecnologia, mas um espaço de integração social. Contudo, o seu acesso ainda se limita em algumas dinâmicas educacionais, especialmente em áreas rurais e em contextos de vulnerabilidade, devido a restrições estruturais e econômicas.

Com isso, muitas escolas ainda não possuem acesso efetivo a esses recursos, uma vez que, para além dos ambientes administrativos, nem todas as instituições contam com salas de informática, tablets ou outros dispositivos disponíveis para os alunos, realidade que se mostra recorrente, sobretudo em contextos socialmente vulneráveis.

Nesse sentido, Duarte et al. (2023) destacam que a desigualdade social e urbana é uma característica marcante no Brasil, refletindo-se diretamente na educação, sobretudo em

regiões periféricas, onde predominam contextos escolares que atendem estudantes em condições de maior vulnerabilidade.

Entretanto, há contextos nos quais o acesso está disponível, observa-se um uso cada vez mais intensificado das tecnologias no cotidiano. Esse processo foi significativamente acelerado com a pandemia da Covid-19, iniciada em 2020, que impulsionou o uso da internet em diferentes esferas, incluindo o ambiente escolar e familiar. Diante desse cenário, muitos educadores precisaram se adaptar rapidamente às novas demandas, passando a atuar em um modelo de ensino mediado por tecnologias digitais.

Segundo Chiofi (2014), ainda há, no contexto da educação básica, profissionais que enfrentam dificuldades no uso das tecnologias digitais, seja pela falta de acesso, seja pela ausência de formação adequada ou até mesmo pelo receio em utilizá-las. Isso evidencia a necessidade de preparação dos educadores para lidar com uma realidade que já está profundamente inserida na vida social e, conseqüentemente, no espaço escolar.

Em consonância com essa realidade, Dorigoni (2014) destaca que, embora a mídia sempre tenha estado presente no contexto educacional, sua incorporação à prática pedagógica foi marcada por resistências. No entanto, com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), ocorreram transformações significativas na sociedade, impactando diretamente as formas de interação, comunicação e produção de conhecimento, o que exige uma reconfiguração das práticas educativas.

Com isso, percebe-se um impasse educacional, que envolve diferentes realidades: de um lado, escolas que possuem acesso às tecnologias, mas não sabem utilizá-las de forma adequada; de outro, aqueles que não têm acesso e, portanto, não podem utilizá-las.

Entretanto, nas dinâmicas familiares, observa-se que muitos já usufruem dessas tecnologias, especialmente por meio do uso de redes sociais, como Facebook, Instagram e outras plataformas digitais, o que evidencia uma cultura marcada pela exposição social.

Nesse sentido, Dorigoni (2014) aponta que diferentes instituições sociais, como a família, a igreja e a escola, passaram a ser influenciadas pelas mídias, sendo a internet um dos principais elementos desse processo de transformação. Diante desse contexto, é necessário compreender o perfil dos estudantes da contemporaneidade, já inseridos num ambiente tecnológico e possuem familiaridade com diferentes formas de interação digital.

Assim, os educadores precisam estabelecer conexões entre essas novas formas de aprendizagem e as práticas pedagógicas, buscando promover um ensino mais significativo e alinhado às realidades dos alunos. Para Chiofi (2014), o uso de ferramentas tecnológicas na

escola deve estar associado à mediação do professor, que assume o papel de conduzir o processo de construção do conhecimento.

No entanto, é fundamental que os educadores estejam seguros relativamente ao uso dessas tecnologias, de modo que a sua aplicação esteja voltada aos objetivos de ensino e aprendizagem, evitando desvio que comprometam a finalidade educativa. Nesse sentido, Dorigoni (2014) ressalta a importância de uma postura crítica diante do uso das tecnologias, evitando tanto o deslumbramento quanto a rejeição.

É necessário superar práticas meramente instrumentais e construir estratégias que integrem as tecnologias ao ensino de forma consciente, evitando o seu uso indiscriminado ou superficial.

Embora as tecnologias digitais ainda gerem insegurança para alguns educadores, é importante reconhecê-las como ferramentas relevantes no processo de ensino e aprendizagem. Além de ampliarem as possibilidades de pesquisa e acesso à informação, essas tecnologias permitem a troca de experiências entre profissionais da educação, contribuindo para a construção coletiva do conhecimento.

Dorigoni (2014) também destaca que a internet possibilita novas formas de comunicação e interação, favorecendo a circulação de saberes e a construção do conhecimento a partir da transformação das informações. Nesse cenário, os professores são desafiados a integrar-se a essa nova cultura digital, na qual os meios eletrônicos se tornam centrais nos processos educativos.

Entretanto, é fundamental que o uso da internet ocorra de forma equilibrada e consciente. Por se tratar de um ambiente amplo e dinâmico, é necessário estabelecer critérios que orientem a sua utilização no contexto acadêmico, evitando que alunos e professores se tornem dependentes ou utilizem esses recursos de maneira crítica.

4. Resultados da Pesquisa

O estudo feito aqui neste trabalho revela que há uma “preocupação” no campo educacional relativamente à atual geração de leitores. Isso ocorre porque a ênfase não está no desenvolvimento do desejo pela leitura literária, mas nas cobranças relacionadas ao quantitativo de alunos não leitores.

Yunes (1995) afirma que a relação entre leitura e prazer tem sido valorizada nas últimas décadas, após um longo período em que se discutia apenas o hábito de leitura. No entanto, essa relação, segundo a autora, muitas vezes se apresenta de forma automatizada, semelhante a alguém que dirige um carro de maneira mecânica.

A mediação pedagógica torna-se, portanto, essencial para articular os saberes tradicionais aos novos conhecimentos provenientes das mídias digitais. Neste sentido, a Base Nacional Comum Curricular (2024) orienta o uso dessas tecnologias no contexto escolar.

No âmbito das competências específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental, destaca-se a necessidade de compreender e utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética, tanto nas práticas sociais quanto escolares, favorecendo a comunicação, a produção de conhecimentos, a resolução de problemas e o desenvolvimento de projetos autorais e coletivos (BNCC, 2018).

Na intenção de educar o olhar acerca do cenário orientador da BNCC, e inserção de tecnologias nas escolas, aponta-se os dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2024), realizada pelo Instituto Pró-Livro, evidenciam transformações no comportamento leitor, ao apontar a redução de aproximadamente 6,7 milhões de leitores no país. No entanto, observa-se um dado relevante: o público infantil apresenta um movimento distinto, com mais de 80% das crianças entre 5 e 10 anos declarando gostar de ler. Esse crescimento também tem sido acompanhado pelo mercado editorial, que vem a ampliar investimentos na literatura infantil. Diante desses dados, percebe-se que há um caminho possível a ser construído a partir da articulação entre tecnologia e educação, utilizando os recursos digitais como aliados no processo de formação de leitores. Essa integração, tanto dentro quanto fora da sala de aula, pode contribuir significativamente para o fortalecimento das práticas de leitura, especialmente no público infantil, que demonstra maior abertura e potencial para o desenvolvimento do hábito leitor.

5. Considerações finais

Inicia-se esta seção retomando a problemática central deste artigo: a leitura está em crise ou está migrando para novos espaços mediados pela tecnologia? A análise desenvolvida ao longo do estudo permite afirmar que a leitura, em si, não se encontra em crise; entretanto, observa-se um enfraquecimento da subjetividade leitora, especialmente no contexto e

Nesse cenário, percebe-se que, embora haja oferta de livros, muitas vezes faltam espaços de mediação que promovam o prazer literário e a construção de sentido na leitura. Paralelamente, os espaços de leitura têm se deslocado para as mídias digitais, nas quais o ato de ler assume, frequentemente, um caráter mais fragmentado e generalizado, associado ao consumo rápido de informações, notícias e conteúdos de entretenimento.

Evidencia-se, ainda, a fragilidade das políticas educacionais no que se refere à integração efetiva das tecnologias no processo de ensino. Embora as mídias digitais possam atuar como importantes aliadas na formação do leitor, muitas escolas ainda não possuem acesso adequado a esses recursos, o que contribui para a manutenção das desigualdades e para o distanciamento dos estudantes em relação à leitura significativa.

Diante disso, é possível compreender que a perda do espaço da leitura na escola não está apenas relacionada ao avanço das tecnologias, mas também à ausência de estratégias que articulem esses recursos ao processo pedagógico. Torna-se, portanto, necessária uma reformulação das práticas educativas, e inserção de políticas públicas .

Por fim, destaca-se que esta pesquisa representa apenas uma aproximação inicial ao tema, sendo fundamental o desenvolvimento de novos estudos que aprofundem as relações entre tecnologia, formação de leitores e escola, ampliando a compreensão sobre os desafios e possibilidades que emergem na contemporaneidade.

8. Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- CHIOFI, Luiz Carlos; OLIVEIRA, Marta Regina Furlan. O uso das tecnologias educacionais como ferramenta didática no processo de ensino e aprendizagem. In: JORNADA DIDÁTICA, 2014. Londrina: UEL, 2014.
- DORIGONI, Gilza Maria. Mídia e educação: reflexões sobre o uso das tecnologias na prática pedagógica. 2014.
- DUARTE, Elen Shery Silva; SOUZA, Ludimila Rodrigues de; COSTA, Rosiane Martins da Silva; RODRIGUES, Wallace. A escola periférica como um braço assistencial dos governos brasileiros. Revista Educação, Humanidades e Ciências Sociais, Imperatriz (MA), v. 5, n. 9, p. 2-11, jul./dez. 2023.
- INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Retratos da leitura no Brasil. São Paulo: IPL, 2024.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil brasileira: história e histórias. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2012.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PETIT, Michèle. A arte de ler: ou como resistir à adversidade. São Paulo: Editora 34, 2012.
- ROUXEL, Annie. Práticas de leitura: quais rumos para favorecer a expressão do sujeito leitor? São Paulo: Contexto, 2012.
- SILVA, Luiza Helena Oliveira da; MELO, Márcio Araújo de. O que pode o leitor? EntreLetras, Araguaína/TO, v. 6, n. 2, jul./dez. 2015.
- TABAK, Fani Miranda. Leituras do literário e subjetividade. Alea: Estudos Neolatinos, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, e63240, maio/ago. 2024.
- YUNES, Eliana M. “Pelo avesso: a leitura e o leitor”. Letras, Curitiba, n.44, p. 185 196, 1995.